



A representação da produção artesanal indígena no tesouro de cultura material dos índios no Brasil¹

Indigenous artifacts and its representation in the thesaurus of material culture of indians in Brazil

Dilza Fonseca da Motta *

RESUMO

O *Tesouro de cultura material dos índios no Brasil* foi desenvolvido com o objetivo de estabelecer uma terminologia-padrão representativa do material produzido pelas sociedades indígenas existentes no Brasil. Esta terminologia foi preparada para indexar as coleções de documentos do acervo etnológico do Museu do Índio e facilitar o processo de comunicação entre os Serviços do Museu e seus pesquisadores. Neste trabalho, procurou-se unir a referência teórica existente em ciência da informação, especificamente no domínio da organização do conhecimento, sobre desenvolvimento de tesouros e uma experiência prática, explorando os aspectos metodológicos da construção de um tesouro conceitual.

Palavras-chave: Tesouro Conceitual; Padronização Terminológica; Indexação; Recuperação da Informação.

ABSTRACT

The *Thesaurus of Indian material culture in Brazil* was carried out aiming at the establishment of a standard terminology to represent artifacts produced by the Brazilian indigenous societies. This terminology was prepared to index and represent the collections of ethnological documents of the Indian Museum in order to facilitate the communication between the Museum services and their researchers. This article intends to unite theoretical evidence in information science, specifically in knowledge organization domain, about the development of thesauri and a practical experience, exploring methodological aspects of the construction of a thesaurus based on concepts.

Keywords: Conceptual Thesaurus; Terminological Standardization; Indexing; Information Retrieval.

INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas, mais precisamente a partir dos anos 1990, a expressão “acesso à informação” tornou-se frequente nos discursos oral e escrito mundiais, quase trivial. Fato compreensível diante de fenômenos que impõem urgência à comunicação de nossos dias, como a globalização, o crescimento exponencial da informação, a rapidez do avanço tecnológico. Essa questão tornou-se de tal forma obsessiva que obliterou outras de igual importância, chegando-se mesmo a pensar

¹Artigo desenvolvido a partir do *Tesouro de cultura material dos índios no Brasil*, elaborado com recursos do Projeto 914 BRA3018, da Unesco e do Museu do Índio.

* Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Consultora independente. Endereço: Rua São Clemente, 389, ap. 603, Botafogo, CEP 22260-001, Rio de Janeiro, RJ. Telefone: (21) 2286-9688. E-mail: dilzafmotta@gmail.com.

que as novas tecnologias da informação por si só garantiriam o sucesso de uma pesquisa em uma base de dados. Gomes(2001,p.12) lembra que “a introdução da informática no tratamento da informação reforçou, mais uma vez, a abordagem linguística” e que:

[...] aqueles que defendem o tratamento automático da informação frequentemente esquecem que o sucesso de tal processo está na dependência de uma documentação em um mesmo idioma e em uma área em que a terminologia esteja bem estabelecida (GOMES, 2001, p.12).

A autora diz ainda que “o tempo mostrou [...] que a recuperação ‘automática’ não era assim tão satisfatória, fato conhecido de quantos buscam informação na internet” (GOMES, 2001, p. 12).

Tais afirmações remetem-nos à questão da organização e representação do conhecimento, área das mais estudadas hoje em dia na ciência da informação, além de justificarem a existência e uma revisita ao *Tesouro de cultura material dos índios no Brasil*.

Desde 1993, no âmbito do projeto “Revitalização e modernização do Museu do Índio”, a Instituição passou a priorizar questões relativas à preservação do patrimônio cultural e aos direitos dos índios. A partir daí, várias ações foram desenvolvidas, como a automação da coleção documental do Museu. Se, por um lado, a automação propiciou o acesso e a obtenção mais rápidos de informações, por outro, ela revelou a fragilidade dos sistemas de recuperação da informação do Museu quanto à pertinência e qualidade da informação recuperada.

Em grande parte, tal fato pôde ser atribuído à falta de padronização da linguagem usada pelo Museu em seus Serviços, responsáveis pelo tratamento e armazenamento de diferentes tipos de recursos documentais, como peças museológicas, bibliográficas, arquivísticas fotográficas e arquivísticas textuais. Embora cada Serviço abrigue determinado tipo físico de documento, a coleção foi desenvolvida de forma orgânica, voltada para os aspectos da população indígena brasileira e para as necessidades de informação dos pesquisadores do Museu. Entretanto, há outros aspectos que devem ser igualmente considerados para o sucesso de um bom desempenho na comunicação da informação. Um dos mais importantes é a linguagem usada para tratamento e recuperação da informação.

O diagnóstico preliminar feito com o objetivo de analisar a situação da linguagem usada para tratamento da informação no Museu do Índio revelou a existência de várias linguagens usadas em cada um dos Serviços, todas as linguagens livres, baseadas na linguagem natural escrita e falada, sem controle vocabular algum para nortear sua aplicação.

Como consequência, o que se observou foram inconsistências terminológicas entre os Serviços e, não raras vezes, dentro de um mesmo Serviço. Como exemplo, podemos citar os termos “índio”, “índios”, “povos indígenas”, “povoações indígenas”, “grupos indígenas”, “comunidade indígena”, todos usados de forma equivalente. Outros exemplos também ilustram a ocorrência do uso indiscriminado de termos equivalentes, como: “saúde”, “assistência médica”, “assistência médico-sanitária”, “tratamento de saúde” e, ainda, “conflito interétnico”, “conflito entre índios”, “conflitos”.

Diante dessas evidências e de outras conclusões do diagnóstico feito, sugeriu-se a construção de uma linguagem padronizada para indexação/recuperação dos

documentos das coleções do Museu do Índio, com indicação de aplicação em todos os seus Serviços.

Consciente da necessidade de organizar sua documentação, o Museu do Índio movimentou-se na direção da construção de um projeto de sistematização da terminologia usada no tratamento de sua coleção documental.

O projeto então apresentado previu a construção de instrumentos vocabulares em três áreas temáticas distintas, a saber: produção material indígena, política indigenista e sociedade & cultura indígenas. O primeiro vocabulário desenvolvido foi o de produção artesanal indígena, dando origem ao *Tesouro de cultura material dos índios no Brasil* (MOTTA; OLIVEIRA, 2006). Em seguida, foi desenvolvido o de política indigenista, infelizmente não publicado, por questões administrativas, porém depositado no Serviço de Arquivo do Museu. A terceira área não chegou a ser desenvolvida, embora o levantamento de termos tenha sido feito.

O objetivo deste artigo é apresentar as razões que nortearam a escolha de um tesouro para a organização/representação da coleção de documentos do Museu do Índio (Rio de Janeiro), descrever e comentar as etapas de sua elaboração e metodologia usada na construção do *Tesouro*, além de tecer considerações gerais sobre este instrumento.

QUAL O TIPO DE VOCABULÁRIO ESCOLHIDO E POR QUÊ?

Os vocabulários baseados na linguagem natural têm na palavra a sua unidade de representação, o que acaba gerando problemas na recuperação da informação, do momento que uma mesma palavra pode ter vários significados. Voltando ao vocabulário usado no Museu do Índio, só para citar um exemplo, a palavra “seringueiro” foi usada em dois sentidos, tanto para representar o “trabalhador que extrai o látex da seringueira e com ele prepara a borracha”, como para “ave de ampla distribuição na Amazônia” (HOUAISS; VILAR, 2007). A linguagem natural, portanto, não parece ser a mais indicada quando se pensa em eficácia na recuperação da informação, devido à sua característica polissêmica.

O instrumento vocabular sugerido para tratamento da informação temática no Museu foi o tesouro, especificamente o de vertente europeia, pelas razões explicitadas a seguir, devido a:

Normas para desenvolvimento de tesouros² –A partir da segunda metade do século passado, notadamente nos anos 1960, o tesouro surgiu como tecnologia mais moderna para orientar a indexação/recuperação da informação, com o objetivo de imprimir controle terminológico mais rígido aos vocabulários. Entretanto, parece que a modificação deu-se mais na forma do que no conteúdo, pelo menos no que respeita os tesouros norte-americanos que, como diz Gomes (2001, p.12), “continuaram buscando na língua a solução para a criação de instrumentos de representação dos assuntos, ou seja, continuaram valendo-se da palavra para esse fim”.

Em 1973, o tesouro foi reconhecido e definido pela Unesco como “um vocabulário controlado e dinâmico de termos relacionados semântica e genericamente, cobrindo

² Para desenvolvimento de tesouros, recomenda-se a leitura do *Manual de elaboração de tesouro: tutorial* (CAMPOS; GOMES; MOTTA, 2004).

um domínio específico do conhecimento” (UNESCO, 1973, p.6). Nessa época, foram instituídas normas para desenvolvimento de tesouros monolíngues. Porém, as experiências com construção e uso de tesouros baseados em palavras não se mostrou satisfatória, trazendo problemas para a indexação e imprecisões na recuperação da informação. Por esse motivo, sugeriu-se o desenvolvimento do tesouro de vertente europeia, baseado em conceitos e outros princípios teórico-classificatórios e terminológicos, que serão vistos adiante.

O conceito de um objeto é dinâmico. Ele será sempre passível de redefinições, o que torna difícil “fechar” seu significado. Precisa-se, entretanto, de uma definição que sirva para sua análise semântica. Esta posição tem sido cada vez mais compartilhada por profissionais que precisam “falar o mesmo idioma” para se comunicar. Oliveira (1976, p. xviii, 82-83) pode ser citado como um dos autores, digamos, “pró-conceito”, já que, entre outras afirmações a respeito da necessidade de se definir conceitos, diz ter elaborado o capítulo de conclusão de seu livro com a finalidade de definir o campo semântico da etnia, sem cair em um “nominalismo” equívoco, privilegiando os signos verbais em prejuízo das ideias, do conceito.

Essa afirmação não deixa dúvida quanto à necessidade de definição conceitual e padronização terminológica para aplicação dos termos utilizados na comunicação técnico-científica, entendendo-se que termos devam ser fruto do conhecimento que estudiosos de determinada área têm consensualmente a respeito do significado de um objeto. Somente o consenso semântico entre os pares garantirá a eficácia da troca de informações técnico-científicas.

Dinamismo do tesouro – O tesouro é um instrumento dinâmico capaz de acompanhar modificações e acréscimos terminológicos de determinada área do conhecimento e eventuais modificações em sua estrutura classificatória. Sob este aspecto, considerou-se o tesouro o instrumento ideal para o tratamento da informação etnológica indígena, “área [...]sujeita à influência de fatores de mudança, como a aculturação intertribal e, sobretudo interétnica”. (RIBEIRO, 1985, p. 34).

Fundamentos teóricos do tesouro de vertente europeia – Este tipo de apoia-se na “teoria da classificação facetada” (RANGANATHAN, 1967), na “teoria do conceito” (DAHLBERG, 1978) e na “teoria da terminologia” (WÜSTER, 1981), às quais voltaremos adiante.

CONTEXTO ANTECEDENTE À ELABORAÇÃO DO TESAURO

Ao se tratar da elaboração de um vocabulário destinado à indexação e recuperação da informação de uma instituição, o ideal é que, antes do planejamento do produto propriamente dito, seja feito um diagnóstico para verificar de que forma a informação contida no acervo documental da organização vem sendo processada.

No caso do Museu do Índio, na ausência de instrumento dessa natureza, reservou-se um período para leitura de bibliografia sobre o Museu (sua natureza, objetivos, composição administrativa, serviços prestados, clientela atendida, e outros elementos que ajudassem a compreender as necessidades de informação da Instituição). A leitura de estudos sobre etnologia indígena e relatórios produzidos pelos técnicos do Museu foi fundamental para a visão geral da abrangência da área temática a ser trabalhada, e qual o melhor recorte que se poderia fazer dela. Igualmente importante nessa fase foi a visita aos diversos Serviços do Museu para saber, no âmbito de suas coordenações, a missão de cada um, o que produziam e a que clientela serviam. Nessa ocasião, foi possível saber que cada Serviço (à época,

Serviço de Estudos e Pesquisas, Biblioteca, Serviço de Museologia, Serviço de Arquivo Textual e Serviço de Arquivo Imagético) processava e detinha documentos com características peculiares e que cada um usava linguagem natural e livre de qualquer controle para tratamento dos documentos, como já mencionado.³

De posse dessas informações sistematizadas, foi possível submeter à Diretoria do Museu um projeto justificando a elaboração de um vocabulário controlado para a padronização da linguagem utilizada na indexação e recuperação dos documentos.

A argumentação para convencimento da sugestão da construção de um vocabulário controlado não foi difícil diante da pergunta: “De que forma o Museu pode oferecer a seus clientes informação de qualidade, se os Serviços usam linguagens particularizadas para representar os assuntos de seus documentos e se, muitas vezes, assuntos idênticos são representados por palavras diferentes?”. Só para dar um exemplo, o assunto “capuchinho” (“religioso pertencente a uma das ordens franciscanas reformadas”), muito encontrado na literatura indigenista, foi também indexado pelas palavras equivalentes: “barbadinho”, “barbucho”, “barbono” e “padres capuchinhos”.

PLANEJAMENTO DO TESAURO

O *Tesouro de cultura material dos índios no Brasil* foi planejado e elaborado de acordo com as seguintes etapas previstas no desenvolvimento de tesouros baseados em conceitos:

- a) *Delimitação da área* –O diagnóstico antes referido relativo ao estado da informação existente no Museu revelou a amplitude do assunto a ser tratado e, ao mesmo tempo, a possibilidade de se dividir a área de etnologia indígena em três subáreas: a de produtos materiais feitos pelos índios; a da política indigenista adotada pelo governo brasileiro; e a pertinente aos demais aspectos da sociedade indígena, como religião, vida familiar e outros. Tal constatação foi fundamental na decisão de se elaborarem três microtesouros com esses assuntos específicos, e foi também reforçada pelos seguintes argumentos: a) o tesouro é definido como um instrumento que se ocupa de uma área específica do conhecimento; b) a amplitude do assunto a ser tratado gera um grande número de termos, dificultando sua sistematização.

A área inicial delimitada para tratamento foi a de cultura material, assim definida por Ribeiro:

Universo de artefatos com os quais as populações indígenas atendem as suas necessidades de provimento de subsistência, conforto doméstico, transporte, reprodução da vida social e da identidade étnica (RIBEIRO 1988, p.13-14).

- b) *Forma de desenvolver o Tesouro* –Seu desenvolvimento foi realizado por dois profissionais da informação contratados pelo Museu especificamente para esse fim.

³ Atualmente, a nomenclatura dos Serviços do Museu do Índio é a seguinte: Serviço de Estudos e Pesquisas, Serviço de Conservação do Patrimônio Cultural e Arquitetônico, Serviço de Referências Documentais, Núcleo de Informações Científicas (Biblioteca).

- c) *Abrangência linguística* – Decidiu-se que o *Tesouro* seria monolíngue, incluindo termos da língua portuguesa, alguns dos quais usados por etnias indígenas brasileiras, como “aturá” e “carcás”. Raramente foi necessário incluir termos usados por etnias indígenas ainda sem equivalência em língua portuguesa, como, por exemplo, “uluri”.
- d) *Definição do público-alvo* – O *Tesouro* destina-se, tanto aos profissionais incumbidos da indexação do acervo documental, como aos pesquisadores internos e externos ao Museu. Eventualmente, poderá ser utilizado por outras instituições para os mesmos fins ou para servir como referência para o desenvolvimento de outros tesouros com acervos semelhantes.
- e) *Levantamento das fontes para extração de termos* – As fontes básicas para levantamento dos termos foram o *Dicionário do artesanato indígena* (RIBEIRO, 1988) e a *Suma etnológica brasileira*, editada por Darcy Ribeiro e outros autores (1986). Isso foi decidido considerando-se: a) que o Serviço de Museologia e os demais serviços de informação do Museu do Índio já usavam o *Dicionário do artesanato indígena* como referência para o tratamento da informação sobre cultura material, ainda que tal obra contemple a descrição dos objetos, e não a sua representação conceitual; b) ineditismo do *Dicionário* e a inexistência de trabalho semelhante realizado até a época da elaboração do *Tesouro*; c) O fato de o *Dicionário* ter sido consequência de vários estudos feitos anteriormente por Berta Ribeiro e outros autores, todos com o objetivo de determinar a nomenclatura de diferentes classes de artefatos indígenas;⁴ d) a opinião de especialista da área, ao afirmar que a *Suma etnológica brasileira* e o *Dicionário do artesanato indígena* [...] “constituem bases metodológicas e classificatórias indispensáveis para as pesquisas em cultura material e para a documentação etnomuseológica dos acervos etnográficos” (VELTHEN, 1998, p. 12); e) o fato de os termos citados no *Dicionário* aproximarem-se do total de objetos que compõem o acervo artefactual indígena (RIBEIRO, 1988).

Além dessas fontes, também foram considerados os termos utilizados pelos indexadores para tratamento da informação existente nos Serviços do Museu do Índio, além dos usados pelos pesquisadores em suas buscas.

O levantamento de termos foi feito a partir dos relatórios de assuntos constantes do diagnóstico realizado. Dessa forma, foram observados dois princípios básicos da organização do conhecimento, para trabalhos do gênero: o da garantia literária e o da garantia do usuário.

- f) *Seleção do software* – Nesta etapa, o *Tesouro* foi desenvolvido em meio eletrônico, utilizando-se o *software* MultiTes for Windows 8.0. A escolha observou o estudo, de Campos et al. (2006), e o manual do próprio *software*. Tecnicamente, o *software* foi considerado adequado às necessidades de armazenamento e manipulação de dados, possibilitando operações importantes para o desenvolvimento de tesouros consistentes, como a validação de relações conflitantes, geração automática de relações recíprocas, facilidades definidas pelo construtor do tesouro, facilidades para o estabelecimento de relações-padrão conhecidas internacionalmente, além de relações definidas pelo construtor do tesouro, emissão de relatórios

⁴ Trabalhos publicados na *Suma etnológica brasileira*, editado por Darcy Ribeiro e Berta G. Ribeiro (1986).

alfabéticos, hierárquicos e classificados, entre outras possibilidades. Financeiramente, sua aquisição pelo Museu do Índio mostrou-se viável.

g) Classificação: que classes o Tesouro terá? – Esta fase do planejamento requer:

[...] um exercício prévio de classificação para estabelecer os limites do tema do tesouro. Utiliza-se, para isso, a Categorização, que é um método que requer pensar o domínio do tesouro de forma dedutiva, ou seja, determinar as classes de maior abrangência (facetas) dentro da temática escolhida. Ao analisar o domínio segundo a categorização, fica mais fácil e seguro determinar os termos que devem ou não integrar o tesouro (CAMPOS; GOMES; MOTTA, 2004, não paginado).

Este método foi desenvolvido por Ranganathan na década de 1920 para a construção de *Tabela de classificação bibliográfica*, mais tarde provado também eficaz para elaboração de tesouros. Mais detalhes sobre o método serão vistos neste trabalho, na abordagem da metodologia desenvolvida na elaboração do *Tesouro*.

Uma vez aplicado o método de categorização à área de cultura material indígena, concluiu-se que o *Tesouro* comportaria as categorias de artesanato, matéria-prima, técnica artesanal e etnia indígena, com respectivas subcategorias, conforme vistas quando tratarmos da “organização dos conceitos”.

- h) *Forma de apresentação* – Nesta etapa, foi definido que os termos do *Tesouro* seriam apresentados de forma sistemática e alfabética. Também fariam parte do *Tesouro* o plano geral da obra, o gráfico das principais categorias identificadas em cultura material, duas listas de identificadores em ordem alfabética (Animal e Planta) e o índice rotado (KWIC – *Keyword in context*) de todas as palavras constantes dos termos autorizados, não autorizados e identificadores, além de um suplemento fotográfico elaborado a partir de artefatos pertencentes à coleção do Museu do Índio.
- i) *Atualização/Manutenção* – Como já mencionado, o tesouro é um instrumento dinâmico. Por maior que seja o universo de termos abrangido, a tendência é ele se expandir para hospedar novos termos criados pela evolução natural da terminologia de determinada área do conhecimento. A substituição de termos, por inadequação ou obsolescência, é outro fator que faz com que um tesouro deva passar por atualizações periódicas. No caso deste tesouro, à época em que foi desenvolvido, acreditou-se ser uma base representativa do universo da produção de artefatos indígenas por um bom tempo, já que ele reuniu termos extraídos do *Dicionário* feito por Ribeiro (1988), que, segundo a própria autora, representou a quase totalidade da produção artesanal, além de termos coletados em outras fontes.

Por outro lado, dados registrados na bibliografia que subsidiou a elaboração do *Tesouro* mostraram existir uniformidade e persistência dos estilos das coleções tribais, não tendo havido mudança significativa durante longo tempo observado, o que se supõe tenha ocorrido dada a “[...] característica dos cânones estilísticos que funcionam como emblemas étnicos.” (RIBEIRO, 1985, p. 24).

Essas opiniões nortearam o estabelecimento do período de tempo para atualização do *Tesouro* logo após sua elaboração. Naquela época, o período estabelecido foi de cada dois ou três anos. Porém, havendo uma nova edição da publicação, é preciso

considerar que hoje a situação da produção de artefatos indígenas seja diferente e que, talvez, o estilo das coleções tribais apresente atualmente outro perfil.

A sugestão do espaço de tempo para atualização dos tesouros sempre dependerá do acompanhamento do surgimento de novos termos entre suas edições. O ideal é que esse controle seja feito rotineiramente, caso a caso, depois de verificada a real necessidade de inclusão de novo termo. Especificamente para o *Tesouro de cultura material*, dependendo do número de termos utilizados na indexação dos documentos (termos candidatos) e ainda não incluídos no *Tesouro*, talvez o período necessário para sua atualização seja hoje diferente.

- j) *Divulgação* – Nesta etapa foi definido que o *Tesouro* seria disponibilizado em cópia papel e enviado às bibliotecas de universidades brasileiras e estrangeiras e outras instituições envolvidas em pesquisas de etnias indígenas.

ELABORAÇÃO DO TESAURO

Uma vez levantados os termos e determinadas as categorias às quais eles pertenceriam, iniciaram-se as etapas próprias da confecção de um tesouro conceitual– o que tem por base as teorias da classificação facetada, do conceito e da terminologia, como dito antes. Estas teorias pressupõem a existência do a) conceito/termo; b) da definição do termo dentro do contexto temático do tesouro; c) da organização dos termos dentro das categorias previstas; d) relacionamento entre os termos, como veremos a seguir:

- a) Conceito

A teoria do conceito, desenvolvida por Dahlberg (1978), fornece a base teórica para a elaboração de tesouros conceituais, nos quais a unidade para representação dos documentos é o conceito.

O conceito é uma abstração, uma “unidade do pensamento”, assim também considerada por Wüster ao desenvolver a teoria geral da terminologia, em 1981, quando vê no conceito a unidade de representação de sistemas terminológicos.

Entretanto, foi Dahlberg a responsável pela migração da noção de “conceito” para a ciência da informação, na qual ele é entendido como “unidade do conhecimento”, ou seja, deve ter a aceitação consensual em uma área do saber. A teoria do conceito também pressupõe a equivalência unívoca entre conceito e termo, além de considerar as definições elementos estruturantes na elaboração de sistemas de informação conceituais.

Isso observado, o uso de alguns expedientes foi necessário para particularizar o uso do termo no *Tesouro de cultura material*, a saber: 1) criação de um termo para diferenciar dois objetos com o mesmo nome, mas com referentes diferentes, como o termo “saia de franjas”, criado para representar um objeto ritual, e para diferenciá-lo de “saia”, este conceituado como adorno corporal; 2) opção por um dos termos, entre dois tomados como sinônimos. Como exemplo, “brinco” e “auricular”, ambos definidos como adorno corporal usado na orelha, mas com nomes diferentes. Optou-

se pelo termo “brinco”;⁵ 3) uso de qualificadores entre parênteses após o termo para torná-lo mais preciso. Exemplos: cuia (fruto) e cuia (vasilha).

b) Definição do termo

“Termo” é a denominação do conceito. Os termos são definidos para que seu significado seja estabelecido segundo a área temática abrangida pelo tesouro, tendo em vista obter-se o máximo de coerência entre o uso do termo na representação dos objetos e seu conteúdo conceitual. Além disso, a definição também se mostra fundamental na fase de organização dos conceitos (MOTTA, 1987), porque revela, através de suas características, outros conceitos afins e suas naturezas, que podem ser espécies ou partes do objeto definido ou, simplesmente, termos associados semanticamente, facilitando a tarefa de organização dos agrupamentos conceituais e suas inter-relações.

No *Tesouro de cultura material*, preferiu-se empregar o termo “nota de aplicação” (NA), ao invés de “definição”, objetivando indicar a forma pela qual o significado do descritor foi apreendido e como ele deve ser aplicado. Em alguns casos, essas notas necessitaram ser enriquecidas com detalhes específicos dos termos, como no seguinte exemplo:

MIÇANGA: Matéria-prima industrializada [...] usada pelos povos indígenas na manufatura de adornos corporais. Constitui-se de uma pequena peça de vidro ou porcelana [...] Quando as peças forem de outro material (caramujo, madeira, sementes etc.), usar o termo “conta”.

Para elaboração das notas de aplicação, mais uma vez lançou-se mão do *Dicionário do artesanato indígena* (RIBEIRO, 1988), glossários publicados na *Suma etnológica brasileira* (RIBEIRO; RIBEIRO, 1986) e outros dicionários e publicações da área.

É aconselhável iniciar-se as definições dos termos pelas palavras que indicam sua classe. Isso facilitará seu enquadramento na respectiva categoria, facilitando, por conseguinte, a etapa de organização dos conceitos. No exemplo acima, o objeto foi classificado na categoria de “matéria-prima, subcategoria ‘produto industrializado’”, por observação à sua definição.

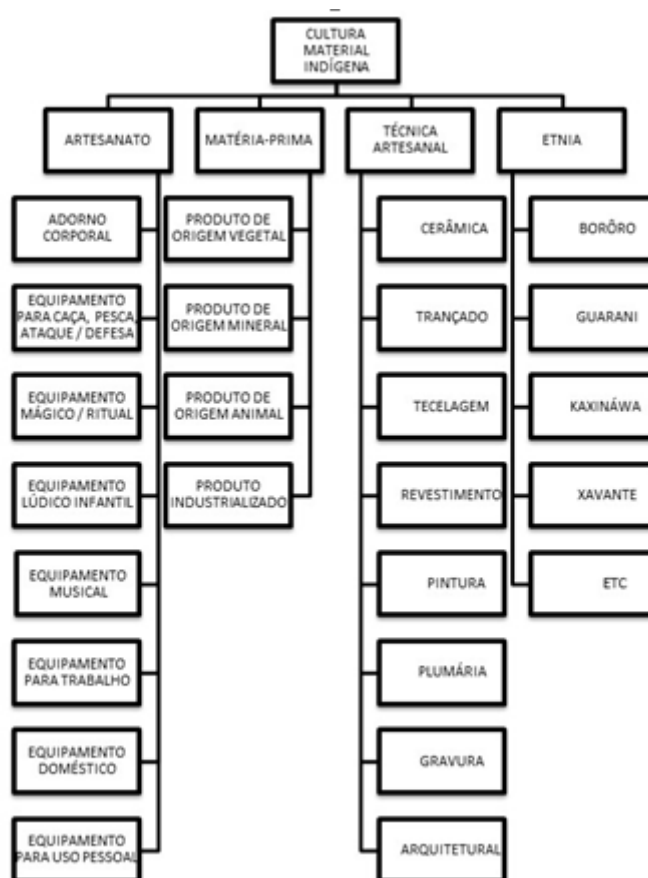
c) Organização dos termos

Nesta etapa, o *Tesouro de cultura material* valeu-se da teoria da classificação facetada, desenvolvida por Ranganathan.⁶ O esquema de classificação do *Tesouro de cultura material* foi concebido para fornecer uma estrutura adequada à classificação dos documentos já existentes no acervo do Museu do Índio e possivelmente aos que viessem a ser incorporados em decorrência da expansão natural de suas coleções. Por isso, o plano contemplou categorias e subcategorias, conforme Figura 1.

⁵ Berta Ribeiro (1988) usou o termo “auricular” considerando a matéria-prima utilizada na confecção do objeto. No *Tesouro de cultura material*, as matérias-primas foram tratadas como identificadores, devendo ser utilizadas caso a caso, sendo acoplada aos termos, na hora da indexação. Ex: brinco cavilha; algodão.

⁶ Para as aplicações dessa teoria a sistemas conceituais, consultar Gomes et al. (2006).

Figura 1. Categorias e subcategorias do *Tesouro*.



Fonte: Motta e Oliveira (2006).

Categorias do *Tesouro* – De acordo com a teoria da classificação facetada aplicada à construção de tesouros conceituais, os termos foram alocados nas seguintes categorias, de acordo com a natureza dos objetos representados: coisas, fenômenos ou constructos; processos, técnicas ou operações; matérias-primas. Para o Museu, tanto quanto os produtos indígenas, a técnica e a matéria-prima empregadas na manufatura dos objetos, assim como o povo indígena responsável por sua confecção, revelaram-se aspectos igualmente importantes para a recuperação da informação. Daí o plano geral de classificação integrar quatro grandes categorias (artefatos, matérias-primas, técnicas artesanais e povos indígenas)⁷ e respectivas subcategorias, como exibido na Figura 1.

Conteúdo das subcategorias –As categorias de artefatos, matérias-primas e técnicas artesanais foram subdivididas em subcategorias, conforme visto na Figura 1, tendo sido sua abrangência pressuposta, de acordo com a natureza dos objetos, e justificada na medida do possível, dada a necessidade de se guardar coerência de cada uma ao longo do desenvolvimento do *Tesouro*. Dito de outra forma, é necessário construir-se um perfil homogêneo de cada subcategoria, explicitando as espécies de objetos nela incluídos e dela excluídos, como se vê a seguir:

⁷ A categoria povos indígenas não foi desenvolvida, por já existir base de dados em meio eletrônico no Museu.

Subcategorias de artefatos – Já foi dito neste trabalho que a literatura da área revelou cinco grandes categorias de artefatos, considerando-se sua função: para provimento da subsistência, para conforto doméstico, para transporte, para reprodução da vida social e para identidade étnica (RIBEIRO, 1988, p.13-14). Por esse motivo, as subcategorias de produtos artesanais foram organizadas de acordo com sua função. De modo geral, as subcategorias incluem os artefatos, suas partes componentes e acessórios. Efetivamente, seu conteúdo é assim definido e justificado:

- Adorno corporal – Os adornos culturais foram considerados à parte numa subcategoria, independentemente da matéria-prima ou da técnica com a qual são manufaturados. Aqui se acham incluídos os arranjos de decoro e as vestes e indumentárias em geral, excetuando-se adornos e indumentária de dança ritual (exemplo: “máscaras”), por possuírem propriedades mágico-religiosas, além do seu valor estético-decorativo (RIBEIRO, 1988, p.18). Excluem-se, ainda, desta subcategoria os adornos sonantes (exemplo: “chocalho em fieira”), incluídos na subcategoria de “equipamento musical”.
- Equipamento para caça, pesca, ataque/defesa – Nesta subcategoria, considerou-se qualquer objeto como definido por Ferreira (1999), a saber: “Arma” – “instrumento ou engenho de ataque ou de defesa; qualquer coisa que sirva para um desses fins, especialmente no caso de certos animais”; “Armadilha” – “laço, engenho ou artifício para apanhar qualquer animal”.
- Equipamento mágico-ritual–Subcategoria que agrupa os artefatos destinados à realização dos rituais e à pajelança, para afirmação e delimitação da identidade indígena, incluindo: indumentária ritual de dança, insígnias de *status*, instrumentos cirúrgicos, instrumentos de mortificação, instrumentos utilizados pelo pajé durante os rituais, aparelhos para estimulantes e narcóticos, objetos de devoção pessoal, objetos funerários e objetos mágico-lúdicos. A categoria exclui objetos lúdicos infantis, agrupados na categoria destinada unicamente a brinquedos.
- Equipamento lúdico infantil – Brinquedos usados pelas crianças indígenas, excluídas as “miniaturas”.
- Instrumento musical – Além dos instrumentos musicais, aqui estão incluídos os instrumentos de sinalização utilizados para comunicação interpessoal/com animais (exemplo: “apito”), bem como os adornos corporais sonantes (exemplo: “chocalho em fieira”).
- Equipamento para trabalho – Artefatos destinados exclusivamente ao trabalho artesanal (exemplo: “tear”), à atividade agrícola (exemplo: “pau de cavouco”) e ao transporte (exemplo: “igara”).
- Equipamento doméstico–Para formar esta subcategoria, a palavra “doméstico” não foi tomada no sentido restrito, compreendendo apenas objetos relacionados com a casa, somando-se a estes uma parte dos trançados, que tanto servem ao uso doméstico, como ao transporte de carga (exemplo: “cesto-cargueiro”).
- Equipamento para uso pessoal–Aqui, “objeto de uso pessoal” é entendido como aquele que, segundo os padrões culturais de cada grupo

indígena, tem por objetivo suprir as necessidades pessoais do indivíduo, pressupondo-se, originariamente, o uso pessoal de cada artefato, ainda que ele venha a ser partilhado por outros num outro momento. Aham-se incluídos nesta subcategoria: objetos destinados à higiene pessoal, estética (exemplo: “pente”), crença (exemplo: “escarificador”), produção de características identificadoras das etnias (exemplo: “espátula para pintura corporal”), ao conforto pessoal (exemplo: “cobertor”), ao transporte de crianças (exemplo: “tipoia”), ao transporte/guarda de pequenos pertences (exemplo: “bolsa”). Excluem-se os objetos para conforto doméstico (exemplo: assentos, redes de dormir, alguns tipos de cestos que guarnecem a residência), adornos corporais e acessórios rituais.

- Amostra/Fragmento/Miniatura – Esta categoria foi pensada para atender, prioritariamente, às necessidades de acervos museológicos que mantêm em suas coleções fragmentos, partes ou acessórios de objetos identificados e não identificados (neste caso, sendo impossível definir/inferir sua função), e miniaturas. Excepcionalmente, a característica básica para a formação desta subcategoria foi a forma do objeto, e não a sua função, como nas demais.

Subcategorias de técnicas artesanais – Aqui se incluem as técnicas de cerâmica, trançado, tecelagem, revestimento, pintura, plumária, gravura e técnica arquitetural. Delas constam os termos efetivamente usados pelo Serviço de Museologia, e alguns outros ainda não utilizados na indexação dos objetos, porém, necessários à formação de cadeias hierárquicas. Analisando a literatura sobre técnicas de trançado e de tecelagem, observou-se a carência de padronização terminológica na área, verificando-se grande número de casos de uma mesma técnica ser representada por termos diferentes, citados por um mesmo autor e, às vezes, até em uma mesma fonte. Um exemplo são os termos “trançado cruzado em diagonal”, “trançado sarjado” e “sarjado” (RIBEIRO, 1985, p. 46; 1988, p.66).

Subcategorias de matérias-primas – As matérias-primas foram classificadas nas seguintes quatro grandes subcategorias, observando-se a natureza dos produtos: Produto de origem vegetal; Produto de origem mineral; Produto de origem animal; Produto industrializado.

d) Relações entre os termos

O ponto de partida para o desenvolvimento de um tesouro é a compreensão da sua natureza. Um tesouro é um sistema de termos/conceitos, e, por assim ser, todos os seus termos são relacionados.

Terminadas as fases de análise e categorização dos termos, o *Tesouro de cultura material* revelou as seguintes espécies de relacionamentos: relações hierárquicas, ônticas, semânticas e de equivalência, como exposto a seguir:

- Relação de gênero/espécie (hierárquica)

Exemplo: Arma (termo genérico)

Arma de arremesso (termo específico)

- Relação de todo/parte (ôntica)

Ex: Flecha (todo)

Ponta de flecha (parte)

- Relação semântica (associativa)

Ex: Pulseira trançada

Trançado (termo associativo)

- Relação de equivalência (sinonímia)

Ex: Pacará

Use cesto estojiforme

APRESENTAÇÃO FINAL

Ao final de sua elaboração, o *Tesouro de cultura material dos índios no Brasil* contava com 1.040 termos, sendo 776 termos autorizados para uso (descritores) e 264 não autorizados (não descritores). Os termos foram apresentados em duas partes, uma sistemática e outra alfabética, permitindo duplo acesso ao seu conteúdo, bem como pesquisas genéricas (grupos de termos afins) ou específicas (termo a termo).

Na parte sistemática, estão incluídos apenas os termos autorizados para uso no sistema e os demais com que mantêm relações de gênero/espécie e de todo/parte. Assim são revelados os níveis hierárquicos (gênero/espécie) e ônticos (todo/parte) de cada termo.

Figura 2. Parte sistemática do *Tesouro*.



Fonte: Motta e Oliveira (2006).

Na parte alfabética, incluem-se tanto os termos autorizados como os não autorizados em ordem alfabética e seus inter-relacionamentos hierárquicos e ônticos, além dos semânticos (associativos) e de equivalência (sinonímia); notas para aplicação e, às vezes, para indexação do termo; indicação da categoria temática a que os termos pertencem; símbolo indicativo da existência de foto do respectivo objeto no suplemento fotográfico da publicação.

Figura 3. Parte alfabética do Tesouro

<p>BASTÃO DE RITMO OCO ? (26) NA: Instrumento de percussão que se constitui num bastão oco de madeira leve ou bambu, para ser percutido verticalmente contra o solo, que tem a sonoridade ampliada pelo ressonador formado no interior do tubo, ou por material sonante adicional. TG: BASTÃO DE RITMO TA: MADEIRA CAT: 0205 EQUIPAMENTO MUSICAL</p>	<p>CAT: 0106 PRODUTO DE ORIGEM ANIMAL BILHA ? (27, 28, 29, 30) NA: Vasilha de cerâmica, bojuda, provida ou não de gargalo e boca estreita, com ou sem tampa, com ou sem asa, usada para guardar e servir líquidos. UP: Botija TG: EQUIPAMENTO PARA SERVIÇO DE ALIMENTOS TE: BILHAS COMUNICANTES TA: ARGILA CERÂMICA CAT: 0207 EQUIPAMENTO DOMÉSTICO</p>
<p>BATEDOR-ESPÁTULA NA: Implemento têxtil que se constitui num acessório de tear, formado por uma tábua delgada, em forma de remo ou espátula, usada para separar os fios da urdidura, para ampliar o diâmetro da cala e para bater a trama. UP: Espátula-batedor TG: EQUIPAMENTO PARA TRABALHO ARTESANAL TA: FIO TEAR TECELAGEM TRAMA URDIDURA CAT: 0206 EQUIPAMENTO PARA TRABALHO</p>	<p>BILHAS COMUNICANTES ? (31) NA: Vasilha de cerâmica, ligada a uma outra, de tamanho e formato diferentes, por um tubo vazado e que permite o fluxo de líquido, usada para servir ou armazenar líquidos. TG: BILHA TA: ARGILA CERÂMICA CAT: 0207 EQUIPAMENTO DOMÉSTICO</p>
<p>Batoque USE: BOTOQUE</p>	<p>BOBINA ? (32) NA: Implemento acessório de tear que se constitui numa haste cilíndrica, com protuberâncias nas extremidades, onde a linha para tecer é enrolada. UP: Carretel TG: EQUIPAMENTO PARA TRABALHO ARTESANAL TA: LINHA TEAR TECELAGEM CAT: 0206 EQUIPAMENTO PARA TRABALHO</p>
<p>BICO NA: Parte extraída do corpo de certos animais que se constitui numa proeminência córnea da boca das aves, e de outros animais, utilizada na manufatura de artefatos. TG: PRODUTO DE ORIGEM ANIMAL</p>	

Fonte: Motta e Oliveira (2006).

CONCLUSÃO

A construção de um tesouro não é decisão fácil de ser tomada por uma instituição, e perguntas como “por quê” ou “quando o construir” vão sendo adiadas. Entretanto, são perguntas que precisam ser consideradas quando se trata de informação técnica, científica, artística, entre outras.

A falta de padronização terminológica afeta o processo de comunicação da informação, desde sua produção até sua pesquisa, incluindo seu tratamento. Existem fatos que ocorrem com frequência nesse âmbito, que denunciam problemas de terminologias mal solidificadas em determinadas áreas do conhecimento, notadamente áreas emergentes ou com alto grau de interdisciplinaridade. Tais fatos justificam a construção de uma linguagem controlada para tratamento/recuperação da informação.

Quanto à produção da informação técnico-científica, o problema do uso da linguagem sem controle terminológico pode ser observado quando os próprios produtores da informação começam a ter dificuldade de se expressar e sentem que não estão “falando” a mesma língua de seus pares, afetando sua comunicação. O depoimento de Oliveira (1976), citado neste trabalho, não deixa margem a dúvidas sobre esse aspecto.

Na etapa do tratamento da informação, o que denuncia a carência de uma linguagem padronizada é a dificuldade dos indexadores em atribuir adequadamente um assunto a um documento. Neste caso, a indexação passa a ser uma atividade aleatória, com implicações negativas numa pesquisa.

Nesta fase, observa-se que a indexação feita sem o apoio de um instrumento terminológico, orientada somente pelo conhecimento e sensibilidade do indexador, às vezes, até, pelo seu bom senso, comprometem a busca pelo usuário, concluindo-se que esses atributos do profissional da informação não são suficientes para satisfazer as necessidades de informação de clientes de um sistema de recuperação da informação.

O desenvolvimento de uma ferramenta de controle vocabular, especificamente um tesouro de vertente europeia, é uma atividade demorada e, na maioria das vezes, envolve equipes multidisciplinares e interinstitucionais, com profissionais especializados, onerando o produto final. Verifica-se, porém, que um dos maiores entraves à realização de projetos desse tipo não é o seu custo, mas a falta de consciência da necessidade de se ter uma terminologia-padrão para tratamento e comunicação da informação. Uma vez isto compreendido, percebe-se que os problemas que possam ocorrer na elaboração de um tesouro ficam minimizados diante de seus benefícios no tratamento e recuperação da informação. Trazendo esse argumento para as necessidades de informação atual, vale lembrar os investimentos em recursos humanos e financeiros que têm sido feitos no âmbito da *web* semântica para melhorar a qualidade da informação obtida na internet.

Desde sua publicação, o *Tesouro de cultura material dos índios no Brasil* vem sendo usado como fonte de referência para o tratamento dos objetos dos vários acervos do Museu do Índio, cumprindo, assim, o objetivo para o qual foi elaborado – padronizar a terminologia usada na indexação e recuperação da informação sobre as sociedades indígenas brasileiras, a fim de facilitar a comunicação entre os acervos do Museu e destes com pesquisadores externos.

Cabe enfatizar o impacto sociopolítico do *Tesouro* no resgate do patrimônio cultural pelos próprios índios e na facilitação das atividades de estudo e pesquisa para

(re)constituição da memória nacional sobre os índios no Brasil e orientação de políticas indigenistas brasileiras.

Espera-se que o *Tesouro* seja permanentemente atualizado para possibilitar o acompanhamento da dinâmica da linguagem que venha a ser usada pelos indígenas na representação de novos objetos de sua produção artesanal.

Artigo recebido em 09/07/2018 e aprovado em 04/10/2018.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; CAMPOS, Maria Luiza Machado; GOMES, Hagar Espanha; CAMPOS, Linair Maria; MARTINS, Alissandra Evangelista; SALES, Luana Farias. Estudo comparativo de softwares de construção de tesouros. *Perspect. Ciênc. Inf.*, Belo Horizonte, v.1, n. 1, p. 68-81, jan./abr. 2006.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha; MOTTA, Dilza Fonseca da. *Elaboração de tesouro documentário*: tutorial. 2004. Não paginado. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/tesouro/index.htm>> Acesso em: 20 jun. 2018.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. Tradução de Astério Tavares Campos. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 101-107, 1978.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Editora Positivo, 1999.

GOMES, Hagar Espanha. Prefácio. In: CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. *Linguagens documentárias: teorias que fundamentam sua elaboração*. Niterói: EdUFF, 2001.

GOMES, Hagar Espanha; MOTTA, Dilza Fonseca da; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. *Revisitando Ranganathan*, ago. 2006. Não paginado. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/revisitando/revisitando.htm>> Acesso em: 27 jun. 2018.

MOTTA, Dilza Fonseca da. *Método relacional como nova abordagem para a construção de tesouros*. Rio de Janeiro: Senai/DN/DPEA, 1987. (Coleção Albano Franco, 12). Originalmente apresentada como dissertação de mestrado na UFRJ, em 1986.

MOTTA, Dilza Fonseca da; OLIVEIRA, Leandra de. *Tesouro da cultura material dos índios*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976. 118p.

RANGANATHAN, Shiali Ramamrita. *Prolegomena to library classification*. 3. ed. Bombay: Asia Publishing House, 1967.

RIBEIRO, Berta. *Dicionário do artesanato indígena*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

_____. Os estudos de cultura material propósitos e métodos. *Rev. Mus. Pau.*, São Paulo, v. 30, p. 13-41, 1985.

RIBEIRO, Darcy; RIBEIRO, Berta G. (Ed.). *Suma etnológica brasileira*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Finep, 1986. 2 v.

UNESCO. *Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri*. Paris, 1973. p. 37.

VELTHEN, Lucia Hussak van. Cultura indígena perde uma de suas grandes pesquisadoras. *Parabólicas*, São Paulo, v. 5, n. 36, p. 12, jan./fev. 1998.

WÜSTER, Eugen. L'études scientifique générale de La terminologie, zone frontalière entre la linguistique, la logique, l'ontologie, l'informatique et lês sciences dès choses. In: RONDEAU, Guy; FELBER; Helmut (Comp.). *Textes choisis de terminologie*. Québec: Girsterm, Université de Laval, 1981. p. 55-108.